

## **ANÁLISE DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL**

Carlos Marcelo Faustino da Silva<sup>1</sup>  
Juliana de Souza Corrêa<sup>2</sup>  
Diogo Barbosa Leite<sup>3</sup>  
Ricardo Tomaz Caires<sup>4</sup>  
Clarissa Stefani Teixeira<sup>5</sup>

**Resumo:** A aplicação do conhecimento produzido nas universidades fora do ambiente acadêmico faz parte da terceira missão dessas instituições num contexto em que o conhecimento passou a ter valor econômico expressivo na sociedade. Assim, umas das formas que as universidades podem interagir com a comunidade é por meio de incubadoras, as quais têm o potencial de associar ensino, pesquisa e extensão para viabilizar a transferência de conhecimentos e tecnologias à comunidade. Portanto, esse artigo tem como objetivo mapear como as incubadoras universitárias se inserem na estrutura organizacional das instituições de ensino superior federais listadas na base do Ministério da Educação. Assim, através de uma abordagem quanti-qualitativa foi estudado o fenômeno de como se estabelece o vínculo das incubadoras nessas instituições. Foram identificadas 94 atividades de incubação em 108 instituições, sendo 38 associadas à Pesquisa, 27 à Extensão, 1 a Ensino e 27 com duplo vínculo ou não vinculadas a essas três esferas. Não foi possível identificar o vínculo de uma das incubadoras. Logo, percebe-se que há um movimento expressivo de incubadoras universitárias brasileiras, com destaque para atuação em Pesquisa, mas também com atividades voltadas à comunidade local pela Extensão e muitas com ações transversais que não se enquadram exclusivamente a uma esfera do tripé institucional. Esse resultado preenche uma lacuna sobre conhecer onde as incubadoras universitárias estavam inseridas organizacionalmente, bem como pode orientar futuras políticas institucionais e embasar o estabelecimento onde ainda não há incubadoras.

---

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do Grupo de Pesquisa VIA Estação Conhecimento. Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis - SC, CEP: 88.040-900 (66) 99929-7197, carlosbard.ufmt@gmail.com.

<sup>2</sup>Mestranda no Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do Grupo de Pesquisa VIA Estação do Conhecimento. Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis - SC, CEP: 88.040-900, (48) 3721-9000, julianadesouzacorrea@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutorando em Administração no Programa de Pós-graduação em Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM. Professor no Instituto Federal de Mato Grosso. Endereço: Av. Dom Aquino, 1500 - Parque Eldorado, Primavera do Leste - MT, CEP: 78850-000, (65) 99251-8234, diogo.b1@hotmail.com.

<sup>4</sup>Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade Estadual de Maringá. Endereço: Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR, CEP: 87.020-900, (44) 99959-5188, eng.ricardocaires@gmail.com.

<sup>5</sup>Professora do Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do Grupo de Pesquisa VIA Estação do Conhecimento. Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis - SC, CEP: 88.040-900, (48) 3721-9000, clastefani@gmail.com.



**Palavras-chave:** incubadoras universitárias; universidades federais; estrutura organizacional; terceira missão.

**Abstract:** The application of knowledge from universities outside the academic environment is part of the third mission of these institutions in a context in which knowledge has significant economic value in society. Thus, one of the ways universities can interact with the community is through incubators, which have the potential to combine teaching, research and extension to facilitate the knowledge and technologies transfer to the community. Therefore, this article aims to understand the establishment of incubation in the organizational structures of federal higher education institutions listed in the Ministry of Education database. Thus, through a quanti-qualitative approach, the phenomenon of how incubators is established in these institutions was studied. 94 incubation activities were identified in 108 institutions, 37 of which were associated with Research, 27 with Extension, 1 with Teaching and 28 with double ties or not linked to these three spheres. It was not possible to identify the link of 1 of the incubators. Therefore, it is clear that there is an expressive movement of Brazilian university incubators, with emphasis on research activities, but also with activities aimed at the local community through the Extension and many with transversal actions that are not exclusively within a sphere of the institutional tripod. This result fills a gap in knowing where the university incubators were organizationally inserted, as well as being able to guide future institutional policies and support the establishment where there are still no incubators.

**Keywords:** university incubators; federal universities; organizational structure; third mission.

## 1. Introdução

À medida que as universidades se tornaram mais propensas a se atentar aos resultados econômicos da pesquisa, são capazes de explorar meios adicionais de aumentar o valor econômico do conhecimento, movendo-o ao longo de processos mais próximos do mercado (ETZKOWITZ, 2003).

Dessa forma, assumem um papel de universidade empreendedora seguindo uma terceira missão de aplicação do conhecimento fora do ambiente acadêmico a fim de impulsionar o desenvolvimento social e econômico de maneira que as instituições de ensino superior prestem um serviço à comunidade (COMPAGNUCCI; SPIGARELLI, 2020; ETZKOWITZ, 2003).

Nessa perspectiva, as incubadoras universitárias têm sido vistas como mecanismos de apoio a essa terceira missão (ETZKOWITZ, 2003). Estes ambientes constituem-se em espaços onde a produção de conhecimento que trespasa pesquisa, ensino e extensão colabora para que a comunidade universitária viabilize a transferência de conhecimentos e tecnologias (CULTI, 2007; GOERK, 2009).

Embora alguns estudos tenham mapeado as incubadoras universitárias com o objetivo de identificar seus perfis, serviços e espaços físicos (AZEVEDO et al., 2016), ainda carecem pesquisas que norteiam sobre como as universidades incorporam esses ambientes em suas estruturas organizacionais. Cabe observar que isso é especialmente útil ao sistema de ensino superior brasileiro, dotado de instituições públicas que possuem especificidades em relação a seus campos internos, pró-reitorias, departamentos, entre outros (GONÇALVES, 2015).

Compreender esses mecanismos é necessário, pois na medida que a universidade se aproxima das demandas da sociedade, o setor externo torna-se um caminho para o qual a aplicação do conhecimento é viabilizada. Nessa perspectiva, as incubadoras tornam-se importantes no apoio a esse novo papel das instituições acadêmicas. Assim, estudar sua incorporação nas estruturas organizacionais das universidades é relevante ao passo que esses resultados podem apoiar implicações práticas na gestão universitária, políticas públicas, subsidiar a tomada de decisões e, sobretudo, embasar a estruturação em instituições onde as incubadoras ainda não estão totalmente incorporadas.

Assim, este trabalho tem o objetivo de mapear como as incubadoras universitárias se inserem na estrutura organizacional das instituições de ensino superior federais listadas na base do Ministério da Educação. Dessa forma, serão pesquisadas as universidades federais (UF), institutos federais de educação científica e tecnológica (IF) e centros federais de educação tecnológica (CEFET) do país, e identificadas se as incubadoras se estabelecem entre Ensino, Pesquisa ou Extensão, ou se encontram-se em estruturas distintas à exclusividade desses três pilares.

## **2. Revisão da literatura**

### **2.1 Terceira Missão das Universidades**

As universidades, desde seu surgimento, passaram por transformações nas suas missões. Inicialmente, a principal missão da universidade era a de ensino, entendida pela transmissão do conhecimento dos professores para os alunos (ALMEIDA; CRUZ, 2010). Todavia, no início do século XIX houve uma mudança radical no sistema de ensino superior, a qual Etzkowitz (2003) nomeia de primeira revolução acadêmica que tornou a pesquisa função legítima da universidade, isto é, a disseminação dos conhecimentos também pode ocorrer por meio de estudos e pesquisas conduzidas pelos seus laboratórios, grupos de pesquisa ou projetos de extensão (DE ALMEIDA; DE MELO MARICATO, 2021).

Com base na primeira revolução, nas últimas décadas as instituições acadêmicas estão passando por outra mudança desde que assumiram um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico devido à valorização do conhecimento como importante ativo no mercado. Etzkowitz (2003) denomina esse movimento de segunda revolução acadêmica, em que as universidades agregam uma terceira missão que é revelada pelo desenvolvimento social e econômico ao gerar novas indústrias e empresas por meio da inovação.

Compagnucci e Spigarelli (2020, p. 5, tradução nossa) esclarecem que “a Terceira Missão é a soma de todas as atividades relacionadas com a geração, uso e aplicação do conhecimento, capacidades e recursos universitários fora do ambiente acadêmico”. Assim, a Terceira Missão envolve todas as relações entre a universidade e os parceiros não acadêmicos, conhecida como capitalização do conhecimento. Uma das formas de visualização de atividades dessa missão é por intermédio do modelo de uma universidade empreendedora, em que o licenciamento de tecnologia ou a geração de *spin-offs* por pesquisadores são as principais formas de transferência dos resultados da pesquisa acadêmica (STAL et al., 2016).

Nesse contexto, Etzkowitz (2003) ilustra que o estabelecimento de uma empresa *start-up* e uma incubadora tornaram-se modos adicionais de disseminação de conhecimento através de canais comerciais e acadêmicos. Ainda, Compagnucci e Spigarelli (2020) chamam atenção para ampliação do escopo da terceira missão que abrange não somente a função de comercializar o conhecimento, como também o envolvimento da comunidade para a promoção do desenvolvimento local, sendo um serviço prestado pela universidade para a sociedade.

## **2.2 Histórico das incubadoras**

Incubadoras são ambientes com o propósito de abrigar e impulsionar o desenvolvimento de novas empresas por meio da aglomeração de conhecimento e compartilhamento de recursos (AZEVEDO; TEIXEIRA, 2016). Assim, proporcionam serviços de apoio, conhecimento de mercado e de tecnologias, de aspectos legais, acesso a fontes de financiamento e objetivam não apenas alavancar os recursos já existentes, como também promover sinergia entre as empresas (STAL et al., 2016). Isso porque facilitam a relação empresa-universidade e a vinculação com demais instituições de apoio, de pesquisa, agências de fomento e financiamento, entre outros (AZEVEDO; TEIXEIRA, 2016).

No Brasil, sua conceituação foi formalmente estipulada em 2004, quando a política de inovação foi estabelecida. Assim, definiu-se incubadora como:

[...] organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação (BRASIL, 2004).

Assim, enquanto reduzem a mortalidade de empresas em estágios iniciais (STAL et al., 2016), também são vistas como potenciais geradoras de emprego e renda (ANPROTEC; SEBRAE, 2016).

Embora alguns relatórios apontem o início do movimento de incubação em 1959 na cidade de Nova Iorque nos Estados Unidos (ANPROTEC; SEBRAE, 2016), estudiosos da área marcam que o programa de incubação pioneiro foi na verdade do *Stanford Research Park*, na Califórnia em 1951. Após ele, foi estabelecida a incubadora de 1959, no Centro Industrial de Batavia, em Nova Iorque (MIAN et al., 2016). De todo modo, em 1980 já podiam ser contabilizados 20 parques de pesquisa e 11 incubadoras de empresas nos Estados Unidos. Em 2000, cerca de 600 incubadoras e 160 parques de pesquisa já se estabeleciam por todo o país (MIAN et al., 2016).

### **2.3 Incubadoras universitárias no Brasil**

Considerando os números apresentados pelos Estados Unidos na década de 1980, a formação de incubadoras no Brasil é mais recente, visto que nessa década ainda começavam a surgir as primeiras incubadoras brasileiras a partir de iniciativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para viabilizar espaços de apoio aos empreendimentos inovadores do país (AZEVEDO et al. 2016). Entretanto, o movimento se popularizou, e já ao final da década de 1990 havia mais de 100 desses ambientes em território nacional, a maioria em universidades, outras criadas por governos (STAL et al., 2016). Mais recentemente, dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) indicam a existência de 404 incubadoras brasileiras (ANPROTEC et al., 2021).

O fato de serem comumente ligadas à universidades deve-se à influência do modelo acadêmico norte-americano, visto que as primeiras incubadoras no Brasil foram organizadas para transferir tecnologia do ambiente acadêmico (ETZKOWITZ et al., 2005). O movimento das incubadoras brasileiras na década de 1980 ocorreu na esteira do colapso do regime militar e da renovação pela qual a sociedade civil passava nessa época, assim, a ausência de um projeto

centralizado garantia flexibilidade na aplicação do conceito de incubadora, que direcionava atividades com diferentes finalidades (ETZKOWITZ et al., 2005).

Segundo Etzkowitz et al. (2005, p. 412, tradução nossa) “a incubadora permitiu ao Brasil criar um modelo de desenvolvimento menos oneroso, aproveitando os recursos acadêmicos, industriais e governamentais existentes”. O autor aponta que iniciativas de universidades e governos convergiram com iniciativas laterais de grupos industriais, associações regionais e governos estaduais, bem como programas do governo nacional, o que ocasionou posteriormente em uma política de inovação que contemplasse essas iniciativas de diferentes origens (ETZKOWITZ et al., 2005).

Nesse contexto, o movimento de incubadoras universitárias se fortalece conforme o aumento do reconhecimento da terceira missão das universidades proposta por Etzkowitz (2003). Esse fenômeno tende a ser intensificado no Brasil, visto que nos países desenvolvidos universidades e empresas já são parceiras naturais, mas essa cooperação é ainda mais necessária nos países em desenvolvimento, onde as universidades são a principal fonte de conhecimento para a inovação (STAL et al., 2016).

Lendner e Dowling (2007) reforçam que a incubadora universitária ainda apresenta as vantagens de dispor de recurso humano próprio, ou seja, os próprios professores atuam como consultores. Esse costuma ser um diferencial a ser destacado, visto que proporciona uma ponte de apoio dos talentos universitários que acrescenta valor aos projetos realizados (AZEVEDO et al., 2016).

Assim, vinculadas tanto às universidades públicas, comunitárias ou privadas (GOERK, 2009), as incubadoras universitárias constituem-se e espaços onde a produção de conhecimento que trespassa pesquisa, ensino e extensão colabora para que os pesquisadores e demais profissionais desenvolvam estudos, procedimentos e metodologias de incubação (CULTI, 2007; GOERK, 2009). Portanto, têm o potencial de associar ensino, pesquisa e extensão para viabilizar a transferência de conhecimentos e tecnologias à comunidade (CULTI, 2007). Ao mesmo tempo, também objetivam a educação empreendedora (LENDNER; DOWLING, 2007).

Dessa maneira, Azevedo et al. (2016) mapearam e identificaram o perfil de 84 incubadoras universitárias do Brasil e constataram que se encontram de forma descentralizada pelo país, se concentrando principalmente no Sudeste (AZEVEDO et al., 2016). Em relação à infraestrutura e espaço físico, em sua maioria há utilização da própria infraestrutura da

universidade, com algumas mais desenvolvidas possuindo sede própria (AZEVEDO et al., 2016). Entretanto, o estudo não destacou a configuração dessas incubadoras em relação à estrutura organizacional das universidades onde estão inseridas, o que é, surpreendentemente, uma lacuna de pesquisa ainda pouco explorada.

### **3. Percorso metodológico**

A metodologia que norteou esse estudo foi estabelecida tendo em conta os objetivos pretendidos e a questão norteadora formulada. Empregou-se uma pesquisa aplicada com abordagem quanti-qualitativa de fins descritivos (PRODANOV; FREITAS, 2013), visto que pretendeu-se pesquisar as modalidades pelas quais as incubadoras universitárias estão inseridas na estrutura organizacional das instituições de ensino superior (IES). Em posse de tais informações, foi realizado um tratamento quantitativo simples referente à caracterização dessas incubadoras, mediante a análise da distribuição das ocorrências identificadas e análise qualitativa referente às novas modalidades emergentes que não foram relatadas na literatura, o que são procedimentos consistentes para um estudo descritivo (GIL, 1999).

A priori, definiram-se os critérios para seleção das incubadoras que comporiam a análise. Tendo em conta que as universidades públicas federais, mantidas a partir de financiamento vinculado ao orçamento federal, hospedam maior parte das incubadoras universitárias brasileiras (ANPROTEC, 2019), definiu-se como critério de seleção que as incubadoras participantes deste estudo seriam vinculadas ao poder público federal. Aquelas instituições guardam diversas similaridades, tanto regulatórias e estruturais, e detém alta representatividade dada sua capilaridade no território nacional, bem como resultados superiores em pesquisa, ensino e extensão. Potenciais casos de interesse, vinculados a universidades privadas e comunitárias, ou mantidas por estados e municípios, não compuseram os resultados. Ainda assim, a pesquisa capturou uma expressiva proporção de incubadoras universitárias brasileiras, o que é adequado ao objetivo proposto.

A fim de complementar esses resultados, foram inseridas como sujeitos da pesquisa incubadoras vinculadas aos institutos e centros federais de educação científica e tecnológica. Essas instituições guardam diversas similaridades com universidades, como a sua orientação para ensino, pesquisa e extensão, contudo, com foco orientado ao ensino básico, técnico e tecnológico (BRASIL, 2008). A partir da consulta em registros oficiais, como o portal do

Ministério da Educação, foram identificadas 68 universidades, 38 institutos federais de educação científica e tecnológica e 2 centros de educação tecnológica.

Após a definição dos critérios de seleção, empregou-se a coleta de dados visando identificar a existência ou não de incubadoras dessas instituições e os tipos de vínculos na estrutura organizacional mantidos com as IES. Esses dados foram coletados essencialmente nos portais eletrônicos oficiais das instituições. As informações foram tabuladas com auxílio do editor de planilhas eletrônicas Excel. Nos casos em que não foi possível identificar alguma das informações buscadas ou mesmo a existência de uma incubadora na instituição, foi realizada checagem via e-mail, contato telefônico ou pela plataforma oficial de requisição de informações do Governo Federal, a Fala.BR.. A pesquisa é de corte transversal, uma vez que os dados foram coletados entre os meses de agosto e setembro de 2021. A interpretação foi realizada a partir de técnicas de contagem e emprego de análise de conteúdo categorial. A seção a seguir apresenta os achados do estudo.

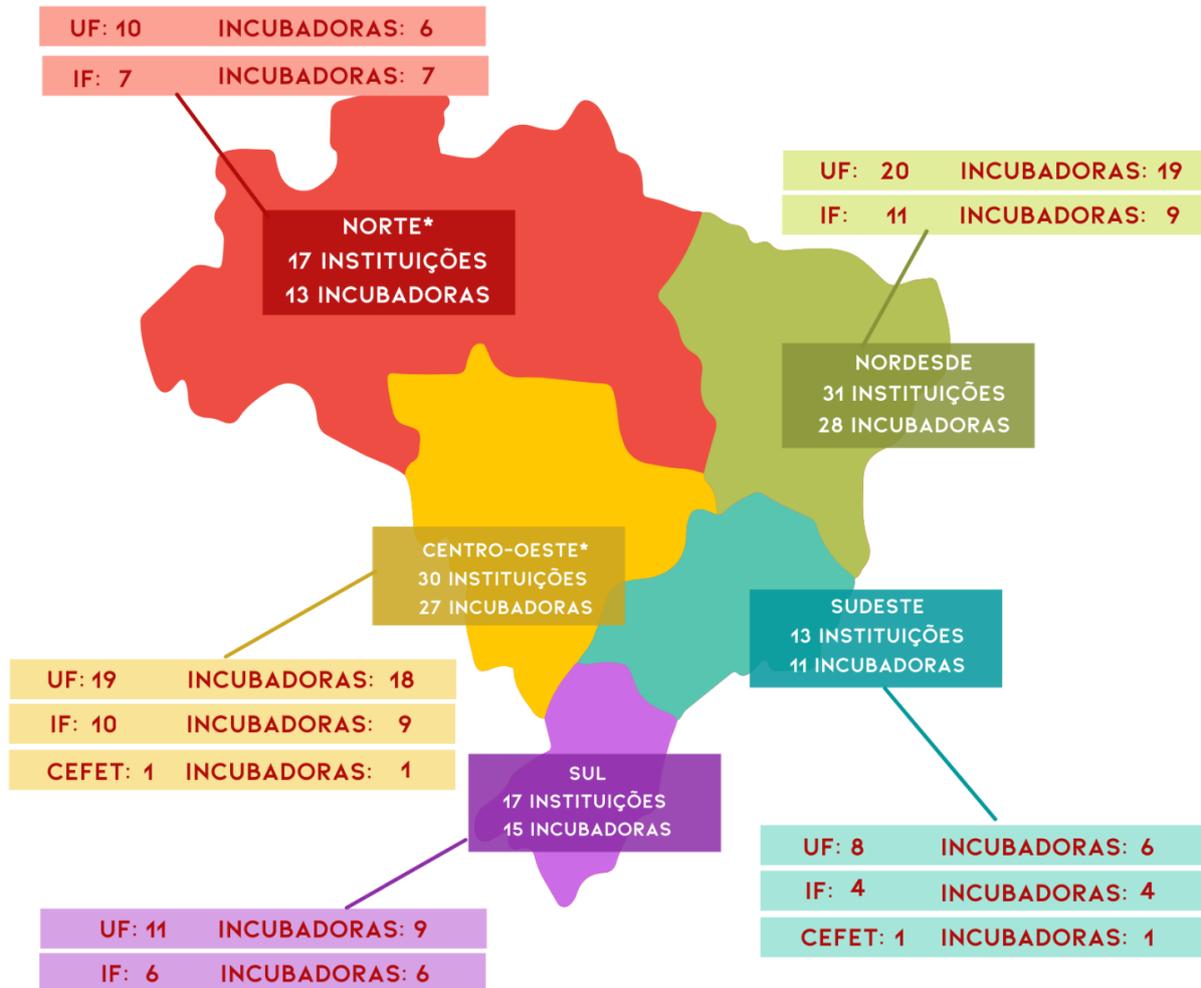
## **4. Apresentação e discussão dos dados**

### **4.1 Contexto geral das incubadoras universitárias**

Os dados referentes ao mapeamento da pesquisa retornaram 68 universidades federais (UFs), dentre elas, uma universidade tecnológica (Universidade Federal Tecnológica do Paraná); 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Assim, das 108 instituições de ensino superior (IES), verifica-se que tanto nas UFs quanto nos IFs a presença de incubadoras é expressiva, sendo também presentes em ambos os CEFETs. As instituições sem incubadoras são universidades em maioria (8), que somadas aos IF (3) totalizam 11. Dessa forma, desconsiderando as 3 instituições em que não foi possível confirmar a presença de uma IU, por indisponibilidade de informações precisas nos sites e não retorno aos e-mails, somaram-se 94 incubadoras universitárias nas IES federais consideradas.

A abrangência da incorporação de incubadoras nas instituições corrobora com a visão de Etzkowitz (2003) de que há uma ascensão na atenção voltada aos resultados econômicos da pesquisa, e que, portanto, o conhecimento tem sido guiado de forma a aproximar a academia e o setor produtivo. A Figura 1 dispõe onde há a maior concentração de instituições e incubadoras por região:

Figura 1 - Distribuição das incubadoras entre as IES federais no Brasil:



\*Não foi possível confirmar a existência de incubadoras:  
Centro-oeste: 1 UF e 1 IF  
Norte: 1 UF

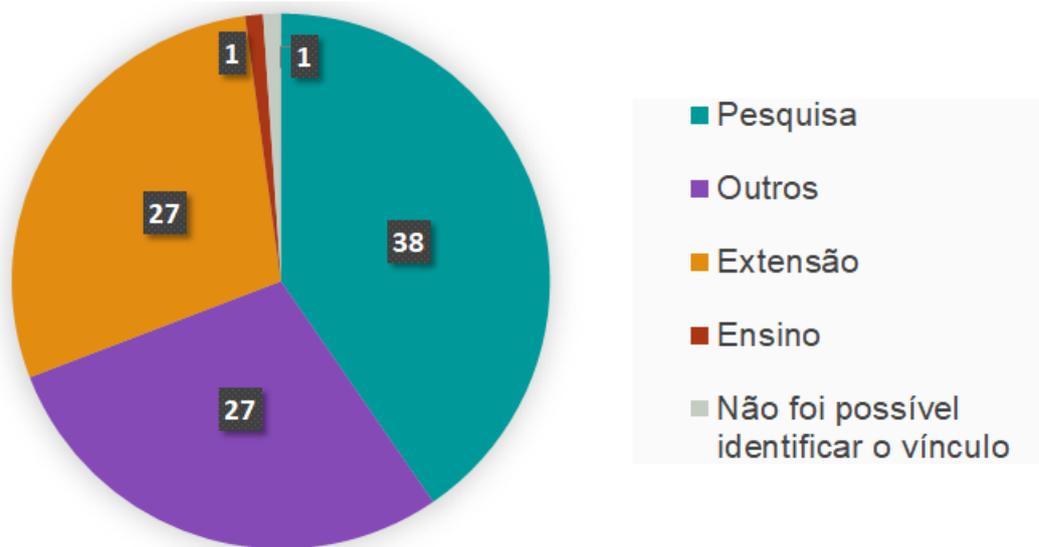
Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Conforme a Figura 1, infere-se que mesmo nas regiões com número expressivo de IES, a presença de incubadoras em cada uma delas segue como tendência crescente, estando a maioria das instituições no Nordeste e Centro-Oeste. Isso revela um contraponto destacado por Azevedo et al. (2016), que ao mapear as 84 incubadoras universitárias de sua pesquisa, que sobretudo se estendia para além daquelas de instituições federais, identificou maior concentração na região Sudeste.

## 4.2 As incubadoras universitárias nas estruturas organizacionais

Para identificar os vínculos das incubadoras nas estruturas organizacionais das IES, foi estabelecido que àquelas vinculadas à órgãos, setores ou afins que estivessem em esferas cuja responsabilidade é de pró-reitorias de “Pesquisa”, “Ensino” ou “Extensão”, respectivamente, seriam consideradas os vínculos dentro dessas três esferas, independentemente se ligadas direta ou indiretamente. Assim, àquelas que diferissem desse critério, foram alocadas como “Outros”. A Figura 2 representa a distribuição das incubadoras de acordo com seus vínculos:

Figura 2 - Vínculo organizacional das incubadoras universitárias.



Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Nota-se que o vínculo à esfera de “Ensino” é ínfimo (1), e que em geral não há uma unanimidade no estabelecimento das incubadoras, tendo elas se distribuído em “Pesquisa” (38), “Extensão” (27) e vínculos distintos caracterizados como “Outros” (27).

Nesse sentido, alguns dos vínculos categorizados como “Outros” referem-se a incubadoras ligadas a Agências de Inovação ou Núcleos de Inovação Tecnológica que não se encontram em Pró-reitorias de Pesquisa, como é o caso da Universidade Federal do Pará, na qual esse órgão está vinculado diretamente à reitoria.

Em outros casos, as incubadoras estavam ligadas a uma pró-reitoria que se estabelecia ao mesmo tempo como pesquisa e extensão, como no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; ou ligadas à ambas pró-reitorias quando essas se dividem na IES analisada, como no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.

Também enquadram-se nessa caracterização àquelas cuja atividade de incubação não era regulada de forma única ou sistêmica, portanto, cada caso se encontrava dependente de um vínculo específico de atuação dentro da IES. Por fim, também alocaram-se nessa categoria àquelas ligadas diretamente à diretorias ou setores específicos da reitoria diferentes das comumente estabelecidas, como diretorias de inovação e empreendedorismo ou setor de habitats de inovação como é o caso da Universidade Federal de Rondonópolis e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Ademais, quando relaciona-se a pesquisa nas IES com a terceira missão, que prevê a transferência de tecnologia e conhecimento (ETZKOWITZ, 2003) e até mesmo licenciamento ou criação de negócios por parte dos pesquisadores a fim de que o impacto acadêmico consiga se direcionar para o ambiente externo enquanto sociedade ou mercado (STAL et al., 2016), não é surpreendente que a maioria das incubadoras (38) esteja efetivamente vinculada à pesquisa.

Levando-se em consideração que a terceira missão prevê a capitalização do conhecimento (STAL et al., 2016) e, portanto, ocupa-se com o impacto econômico da pesquisa (ETZKOWITZ, 2003), as incubadoras emergem dessa esfera como mecanismos de apoio para que essa área seja efetivamente incorporada como uma terceira missão. Do mesmo modo, ressalta-se o papel desses locais em servir de suporte à geração de *spin-offs* acadêmicas (STAL et al., 2016), portanto, alinhando-se com a pesquisa para a formação e o suporte a empreendimentos de base tecnológica.

Em relação ao considerável número de incubadoras (27) na categoria intitulada como “Outros”, o vínculo desses ambientes em órgãos ligados à reitoria pode ser reflexo da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que é propensa nesses ambientes (CULTI, 2007; GOERK, 2009) e portanto, faz com que se estabeleçam de forma a garantir que em suas atividades haja a presença desses três pilares. Entretanto, para aquelas que não se estabelecem de forma regular apresentando vínculos distintos em uma mesma instituição, provoca-se aos pesquisadores do campo que investiguem mais profundamente as vantagens e desvantagens da opção pela descentralização do vínculo, nos casos em que as incubadoras não estejam associadas a um órgão central, mas a *campi* ou organismos universitários distribuídos, como coordenações.

Não obstante, seguindo o argumento de Compagnucci e Spigarelli (2020) de que a terceira missão não remete somente à função de comercializar o conhecimento, mas também prevê o envolvimento da comunidade para a promoção do desenvolvimento local, como um serviço prestado à sociedade pela universidade, observou-se a tendência de incorporação das incubadoras também em “Extensão” (27).

A característica extensionista desses ambientes alinha-se com a visão de Etzkowitz (2003) ao afirmar que do mesmo modo que a universidade treina alunos para atuarem no ambiente externo, as incubadoras universitárias se estabelecem com a premissa de fazer o mesmo, entretanto, com as empresas. Nesse aspecto, a extensão surge como o meio pelo qual as IES, por meio das incubadoras, podem prestar o serviço de apoio à comunidade externa - representada pelo setor produtivo - e assumir, portanto, o papel associado a esses ambientes de apoio físico e administrativo a negócios emergentes (AZEVEDO; TEIXEIRA, 2016).

Por fim, a presença de apenas uma incubadora em “Ensino” corrobora com a visão de Etzkowitz (2003) de que esses ambientes estão mais intensamente ligados à terceira missão do que à parte da função educacional da universidade. Compreendendo-se o papel das incubadoras mais próximo à capitalização do conhecimento e das pesquisas, e ao suporte à comunidade externa enquanto setor produtivo, é compreensível que a maior parte dos vínculos não se estabeleça nessa esfera, mas sim abranja mais fortemente a “Pesquisa” e “Extensão”, ou vínculos onde a terceira missão é transversal às esferas.

## **5. Considerações finais**

Este trabalho teve o objetivo de mapear como as incubadoras universitárias se inserem na estrutura organizacional das instituições de ensino superior federais listadas na base do Ministério da Educação. Esse objetivo foi alcançado, uma vez que foi possível descrever a distribuição dos diferentes tipos de vínculos apontados na literatura, ao mesmo tempo em que novos tipos emergiram dos resultados. Em suma, observou-se que a presença de incubadoras universitárias é significativa nas universidades federais e institutos federais brasileiros. Nas 108 IES pesquisadas, identificou-se 94 incubadoras, sendo 38 delas vinculadas à Pesquisa, 27 à Extensão e 1 ao Ensino. Outras 27 são vinculadas a setores distintos ou a mais de um departamento universitário.

Esses resultados sugerem que a presença expressiva das incubadoras universitárias

vinculadas à Pesquisa pode estar relacionada ao engajamento das universidades em uma terceira missão, orientada à exploração econômica das atividades de pesquisa básica e aplicada. Por sua vez, na Extensão, sugerem o caráter comunitário e social empreendido por algumas incubadoras universitárias. Todavia, o grande número de incubadoras que não se encaixam no tripé institucional das universidades brasileiras, revela a atuação singular desses ambientes e a transversalidade da missão empreendedora universitária.

Nesse sentido, como pesquisa futura sugere-se analisar a relação entre a posição da incubadora universitária na estrutura organizacional e o seu desempenho.

Este breve estudo ajuda a lançar luz sobre a pouco explorada questão do vínculo na estrutura organizacional entre universidades e incubadoras universitárias. Especialmente no Brasil, essa é uma questão surpreendentemente sem resposta. Percebe-se que as IES pesquisadas empregam variadas formas de vinculação com suas incubadoras, o que está longe de uma unanimidade. Ainda são desconhecidas as vantagens e desvantagens de cada tipo, e mesmo, se o vínculo afeta o desempenho das incubadoras e das empresas incubadas. Especula-se, por exemplo, que a vinculação à Pesquisa pode ser vantajosa para pesquisadores com orientação empreendedora e para a exploração de propriedades intelectuais das universidades. Por outro lado, a Extensão pode oferecer vantagens, como a introdução das incubadoras em redes comunitárias e um maior caráter social da incubação. Essas questões reforçam a necessidade de estudos futuros que empreguem procedimentos qualitativos para entender quais e como as vantagens e desvantagens de cada vínculo influenciam a incubadora e as empresas incubadas, bem como trabalhos quantitativos que avaliem se e em que medida cada vínculo interfere no desempenho de incubadoras e incubados.

## Referências

- ALMEIDA, D. R.; CRUZ, Angela Duran Aparecida. O Brasil e a segunda revolução acadêmica. *INTERFACES DA EDUCAÇÃO*, v. 1, n. 1, p. 53-65, 2015.
- DE ALMEIDA, R. L.; DE MELO MARICATO, J. Explorando conceitos e métricas de inovação no contexto das universidades. *Informação & Informação*, v. 26, n. 2, p. 646-679.
- ANPROTEC. Mapeamento dos mecanismos de geração de Empreendimentos Inovadores no Brasil. Brasília: Anprotec, 2019
- ANPROTEC; SEBRAE; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. Impactos do Modelo cerne. 2021.
- ANPROTEC; SEBRAE. Estudo de impacto econômico: **Segmento de incubadoras de empresas do Brasil**. Brasília, DF: Anprotec; Sebrae, 2016
- AZEVEDO, I. S. C.; POZZOBON, C.; CAMPOS, J. G. C.; URRUTIA, S. L.; TEIXEIRA, C. S. Análise das Incubadoras Universitárias do Brasil. *In: 26ª Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação*, 2016, Fortaleza. **Anais da 26ª Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação**. 2016. v. 1. p. 1-1164.
- AZEVEDO, I. S. C.; TEIXEIRA, C. S. **Incubadoras: alinhamento conceitual** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Perse, 2016. Disponível em: <<https://via.ufsc.br/download-ebook-incubadoras/>> Acesso em: 31 ago. 2021.
- BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.
- COMPAGNUCCI, L.; SPIGARELLI, F. The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 161, p. 120284, 2020.
- ETZKOWITZ, H. Research groups as ‘quasi-firms’: the invention of the entrepreneurial university. *Research policy*, v. 32, n. 1, p. 109-121, 2003.
- ETZKOWITZ, H.; DE MELLO, J. M. C.; ALMEIDA, M. Towards “meta-innovation” in Brazil: The evolution of the incubator and the emergence of a triple helix. *Research policy*, v. 34, n. 4, p. 411-424, 2005.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.
- LENDNER, Christian; DOWLING, Michael. The organisational structure of university business incubators and their impact on the success of start-ups: an international study. *International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management*, v. 7, n. 6, p. 541-555, 2007.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- STAL, E.; ANDREASSI, T.; FUJINO, A.. The role of university incubators in stimulating academic entrepreneurship. *RAI Revista de Administração e Inovação*, v. 13, n. 2, p. 89-98, 2016.